



“O papel dos agentes educativos na promoção e proteção dos direitos das crianças”

Registo de Acreditação	Formador	Modalidade	Duração	Datas de Realização
CCPFC/ACC-76344/14	Luís Cancela	Curso	25horas - 1 crédito	

OBJETIVOS A ATINGIR

- 1- Informar e sensibilizar os Educadores/Professores para a importância da Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças.
- 2- Melhorar o conhecimento dos Educadores/Professores em matéria de Maus Tratos a Crianças ou outras situações de perigo.
- 3- Promover junto dos Educadores/Professores o conhecimento da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.
- 4- Sensibilizar os Educadores/Professores para a Intervenção dos Estabelecimentos de Educação e Ensino no âmbito da Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças.
- 5- Informar os Educadores/Professores sobre a organização e funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em risco, e sobre a sua intervenção em situações de Maus Tratos ou outras situações de Perigo.
- 6- Fazer a distinção entre Processos de Promoção e Proteção ao nível das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e ao nível dos Tribunais.
- 7- Melhorar a sensibilidade e o conhecimento dos Educadores/Professores no âmbito das problemáticas das Crianças e Jovens em risco.

CONTEÚDOS DA ACÇÃO

1. Os contextos relacionais das crianças que devem promover a proteção e os cuidados de que necessitam para o seu adequado desenvolvimento.

- Patamares de proteção

- O superior interesse da criança

- A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

- Princípios e critérios para a intervenção

- Deveres dos cidadãos

- Deveres dos profissionais das entidades com competência em matéria de infância e juventude

2. Abordagem teórica dos maus-tratos a crianças e jovens ou outras situações de perigo

- Necessidades das crianças

- Tipologia dos maus-tratos

- Fatores de risco e Fatores de proteção

- Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em situações de risco e de perigo

- Mitos e falsas crenças sobre os maus-tratos

- Prevenção dos maus-tratos

3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

- Objetivo da intervenção das CPCJ

- Legitimidade da intervenção das CPCJ

- Medidas

- Acordo de Promoção e Proteção

- Lei Tutelar Educativa: Objeto

- Âmbito de aplicação

- Competência

- Medidas

4. Prevenção primária, secundária e terciária em contexto educativo

- Deteção de situações de perigo

- Os responsáveis pela atuação e intervenção da escola

- Uma “ferramenta” de deteção: os indicadores de maus-tratos

- Avaliação do grau de perigosidade

- Atuação junto da criança e sua família

- Procedimentos em situação de maus-tratos ou de outras situações de perigo

Comunicação a outras entidades com competências em matéria de infância e juventude ou sinalização as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

5. Organização e funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

5.1. Principais atributos:

Fase de sinalização

Consentimento

5.2. Princípios orientadores

5.3. Processo de promoção e proteção

5.4. Dever de colaboração de todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude

5.5. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Ministério Público

5.6. Fase de avaliação diagnóstica

5.7. Métodos e fontes de informação

5.8. Acordo de promoção e proteção

5.9. Dimensões centrais às tomadas de decisão na proteção da criança

5.10. Aspectos legais a ter em conta em alguns procedimentos

5.11. Situação de urgência e emergência

5.12. Procedimento de urgência

5.13. Comunicações às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

5.14. Comunicações das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a outras entidades

6. → Processos de promoção e proteção ao nível das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

→ Processos de promoção e proteção ao nível dos tribunais

7. Apresentação de trabalhos realizados pelos formandos